

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA
ACORDO COLECTIVO DE CARREIRA ESPECIAL MÉDICA

ACTA DE ENTENDIMENTO

I – PREÂMBULO

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprovou o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) e do recente diploma legal que estabeleceu o novo regime legal da carreira especial médica (Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de Agosto), foi encetado processo de negociação colectiva entre os representantes das associações sindicais representativas dos médicos: Federação Nacional dos Médicos (FNAM) e Sindicato Independente dos Médicos (SIM), e os representantes do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério da Saúde.

Tal processo teve por escopo a celebração de um Acordo Colectivo da Carreira Especial Médica (doravante designado ACCE) destinado a ser aplicado em todo o território continental da República Portuguesa e a obrigar as entidades prestadoras de cuidados de saúde integradas no Serviço Nacional de Saúde, bem como os trabalhadores médicos a elas vinculados.

II – CONTEÚDO DO ACCE

O SIM e a FNAM manifestaram, no decorrer do processo negocial, dúvidas e preocupações decorrentes da convicção da necessidade de clarificar e consolidar os conceitos e procedimentos previstos no âmbito do regime legal da carreira especial médica actualmente em vigor.

Na senda de tal desiderato, contempla-se, no texto do clausulado do ACCE, o núcleo essencial das normas que regulam o exercício de funções médicas.

Procede-se no ACCE à adopção do regime semanal do período normal de trabalho de 40 horas, o qual será a modalidade típica, em substituição do período normal de trabalho de 35 horas, após a determinação de nova grelha salarial, sem prejuízo da manutenção dos regimes de trabalho de 35 e 42 horas semanais, vindos do Decreto-lei 73/90, de 6 de Março, nos termos do previsto no Decreto-lei 177/2009, de 4 de Agosto.

Não são previstas no ACCE, designadamente, as seguintes matérias: mobilidade geral, alteração do posicionamento remuneratório, pacto de permanência, feriados, férias e faltas, suspensão do contrato, licenças, direito à greve, conteúdo funcional, posições remuneratórias e regulamentação do procedimento concursal. No entanto, os diplomas identificados no preâmbulo providenciam uma regulação de tais matérias.

Estabelece-se, a título de orientação, no Preâmbulo do ACCE, que os suplementos remuneratórios devidos pela prestação de trabalho nocturno, extraordinário e pelos regimes de prevenção e chamada são regulados pela legislação especial aplicável ao regime de trabalho dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, *maxime* pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de Março.

Mais acordam as partes contraentes em incluir, no clausulado do Acordo, uma disposição final, segundo a qual as mesmas se comprometem a negociar, no prazo de 60 dias a contar da data do início de vigência do ACCE a definição de Serviços Mínimos a observar em caso de greve.

III – FORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

O Governo e os Sindicatos reconhecem a especial relevância da formação contínua dos trabalhadores médicos, pelo que acordam em dedicar-se ao estudo, no futuro próximo, de modalidades de vinculação das entidades empregadoras públicas à referida matéria, designadamente a atribuição às actividades de formação e desenvolvimento técnico e científico específicas da carreira médica de uma percentagem mínima calculada tendo como referência o valor anual da rubrica das remunerações base pagas aos trabalhadores médicos.

O Governo e os Sindicatos declaram-se ainda empenhados em estudar a inclusão de benefícios a conceder pelas entidades empregadoras públicas aos trabalhadores médicos, nomeadamente a subscrição de seguros de responsabilidade civil profissional.

IV – CONCLUSÃO

O Governo e os Sindicatos ora outorgantes reconhecem o esforço mútuo desenvolvido no processo negocial e congratulam-se pela existência de consenso em matérias consideradas essenciais constantes do ACCE.

Os representantes das entidades empregadoras públicas e das associações sindicais contraentes, declaram, para os devidos efeitos, que o grupo de negociação, reunido, pelas dezassete horas, nas instalações do Ministério da Saúde, sitas na Avenida João Crisóstomo, n.º 9, em Lisboa, obteve acordo completo, integral e sem reservas de todas as partes envolvidas em relação ao articulado do Acordo Colectivo de Carreira Especial Médica.

O conteúdo do ACCE, em relação ao qual se obteve acordo é junto em anexo à presente acta de entendimento, fazendo parte integrante desta.

Lisboa, 23 de Setembro de 2009.

Pelas entidades empregadoras públicas

A Ministra da Saúde

(Ana Maria Teodoro Jorge)

O Secretário de Estado da Administração Pública

(Gonçalo Castilho dos Santos)

E

Pelas associações sindicais

Pela Federação Nacional dos Médicos

(Mário Jorge dos Santos Neves)

Pelo Sindicato Independente dos Médicos

(Fernando Carlos Cabral Lopes Arroz)